O APRENDIZADO POR MEIO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

ELISABETE BISPO DOS SANTOS

Graduação em Pedagogia e Licenciatura Plena pela Faculdade UNAR em 2009; especialista em Pós-graduação Lato Sensu em História, Arte e Educação nos Museus Paulistas pela Faculdade Unificada do Estado de São Paulo (2019); Professora da Educação Infantil na EMEI JG de Araújo Jorge da Prefeitura de São Paulo.



RESUMO

O tema sobre a ludicidade na Educação Infantil, tem como foco a pré-escola, apresentando resultados de uma pesquisa realizada em uma escola particular, onde o objetivo foi discutir a importância do lúdico no processo da aprendizagem de uma criança, visando à construção do conhecimento por meio de jogos e brincadeiras. Foi feito um levantamento sobre as possíveis possibilidades que os jogos desencadeiam na construção do conhecimento. Desta maneira, o lúdico contribui para o início da aprendizagem de uma criança. A pesquisa foi feita através de uma visita à escola Particular Kids localizada em Suzano, onde foi observado o método de ensino e aprendizado dos alunos com idade de 4 a 5 anos. O resultado dessa observação mostrou-me que a escola valoriza o lúdico e o toma como necessário para o aprendizado e a formação de uma criança. Podemos concluir a partir da análise que ficou clara a valorização de atividades lúdicas realizadas com os educandos, tendo não só a participação da educadora como também de todo o corpo pedagógico da escola. No entanto, destaco que é preciso entendimento sobre o direcionamento das atividades trabalhadas. O lúdico permite novas formas de se educar, sendo associado a fatores como a capacitação dos profissionais; com isso, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais dos alunos, pois as atividades lúdicas devem ser compreendidas como um processo de ensino.

PALAVRAS-CHAVE: Brincadeiras, Lúdico e Aprendizado.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo discutir a importância do brincar no processo do aprendizado de uma criança, no Ensino Infantil. Comprovou-se que a utilização de procedimentos metodológicos que envolvem brincadeiras contribui com mais facilidade para o processo de ensino-aprendizagem da criança, na formação de atitudes sociais como cooperação, socialização, respeito mútuo, interação, liderança e personalidade, que favorecem a construção da formação do educando. Contudo, a questão que norteia essa pesquisa consiste em um debate sobre como os educadores contribuem nas atividades lúdicas para o aprendizado dos alunos.

Sabe-se que por meio do brinquedo, a criança constrói o seu universo manipulando-o e trazendo para a realidade situações inusitadas do seu mundinho imaginário. O brincar possibilita o desenvolvimento, não sendo somente um instrumento didático que facilita a aprendizagem, já que os jogos, brincadeiras e brinquedos influenciam áreas do desenvolvimento infantil. Desse modo, os brinquedos contribuem para as crianças exporem seu potencial criativo.

A capacidade de brincar abre um espaço de decifração de enigmas, além de propiciar o conhecimento de forma natural e agradável, como meio de estimular a socialização, possibilitando à criança agir de forma mais autônoma.

Conforme Brougere (2002), o jogo não é naturalmente educativo, mas se torna educativo pelo processo metodológico adotado, ou seja, por meio de como ele é trabalhado junto com as crianças.

Contudo, é preciso ter clareza de que o jogo pode possibilitar o encontro de aprendizagens. É uma situação que comporta forte potencial simbólico, que pode ser fator de aprendizagem, porém de maneira inteiramente aleatória, dificilmente previsível. (BROUGERE, 2002).

Nesse sentido, jogos não são apenas entretenimento, mas uma atividade que possibilita aprendizagem de diferentes habilidades, portanto, é com esse desenvolvimento prazeroso que a criança e o educador deverão interagir com o lúdico, concretizando os jogos, brinquedos e brincadeiras não apenas como recursos pedagógicos decorrentes dos diversos níveis do conhecimento.

Muitos estudiosos ressaltam a importância das atividades lúdicas na infância; veem brincar como estímulo ao desenvolvimento cognitivo e social desta. As brincadeiras sociais vão refletindo o grau em que as crianças interagem umas com as outras; todavia, para que isso aconteça, as crianças devem ter experiências concretas, motivações, desafios, situações-problema, como o desenvolvimento da linguagem oral.

De acordo com Fortuna (2003), é importante que o educador insira o brincar em um projeto educativo, com objetivos e métodos definidos, o que supõe ter consciência da importância da sua ação no desenvolvimento e na aprendizagem do educando. Ressalta-se que a aprendizagem é a mais frequente para que o jogo seja considerado importante para a educação, em que o brincar se torna realmente significante com a ajuda de seus educadores que seguem o papel de auxiliadores nesse processo, já de acordo com Ramos (2002, p.6), “nem tão largada que dispense o educador, dando margem às práticas educativas espontaneísta que sacralizam o ato de brincar, nem tão dirigida que deixa de serem brincadeiras”, já que a intencionalidade do professor (a) pode, por exemplo, está na organização do espaço.

Observando esse processo de ensino-aprendizagem, este trabalho foi elaborado por meio de uma observação realizada durante a visita à escola particular já citada, da seguinte maneira: Em um primeiro momento, foram discutidos o conceito da infância e a concepção acerca de como o ato de brincar foi concebido na história. Posteriormente, a discussão voltou-se às fases do desenvolvimento da criança, estabelecendo um elo entre essas fases e a importância da brincadeira por meio de jogos e brinquedos em cada etapa da infância.

Por fim, o trabalho apresenta relatos de professoras regentes desta unidade de ensino, acerca do tema em questão. Elas responderam a um questionário que funcionou como base para a conclusão desta monografia.

A CONCEPÇÃO DA INFÂNCIA NO DECORRE DA HISTÓRIA.

Com o início da construção do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na Câmara Federal e com os debates desencadeados pelo processo constituinte dos anos de 1980, a Educação Básica, mais precisamente a Educação Infantil, passou a ter grande expressão e respaldo legal do governo federal, com vistas a proporcionar as crianças de 0 a 5 anos de idade, atendimento sistemático, organizado, cujo foco volta-se para zelar e educar.

No entanto, ao longo da história, observa-se que nem sempre foi assim. Na sociedade medieval, o sentimento de infância foi bastante esquecido, tanto que a criança, quando não necessitasse mais de cuidados básicos de sua mãe ou criada, era ingressada no mundo dos adultos e não mais deste saía. Por não haver condições de saúde, como também de higiene, que procurassem promover a infância, a mortalidade infantil era vista como algo bastante comum, natural, e a criança, por sua vez, tida como engraçadinha, não saía do anonimato até que superasse a fase de risco (Azevedo, 1999).

Assim, a criança não era valorizada e desta maneira se seguiu até a idade média.

Na sociedade medieval, o sentimento de infância era pouco valorizado. Embora isso não significasse que a criança fosse rejeitada ou abandonada, não significava também afeição por ela.

“Quando ainda muito pequeno e frágil, não podia ainda misturar-se a vidas dos adultos, mas tão logo começasse a andar sozinha e desempenhar pequenas tarefas, as crianças se confundiam com os adultos” (Azevedo, 1999, p.34-35).

A escolarização surge no século XVII com o objetivo de alterar o processo infantil de busca pelo conhecimento, e a escola assume o objetivo de educar, retirando a criança do contato com o adulto. É neste período que a igreja exercerá a importante função junto a essa educação, pois era que, além de corrigir a criança, livrá-la do pecado de ter sido gerada, já que somente por essa razão era considerada.

“A escola dos tempos modernos tornou-se um meio de isolar cada vez mais a criança do mundo dos adultos durante um período de formação moral e intelectual e adestrá-la sob regime disciplinar rigoroso e autoritário” (Azevedo 1999, p.36).

No século XIII, a criança passa a ser vista como uma página em branco e, por ser um ser primitivo, irracional e não pensante, necessita de orientação. Então, procura-se, neste período, despertar na criança a responsabilidade de adulto. Azevedo (1999, p.35), com base nos estudos de Áries, destaca que: A criança passou de uma posição de anonimato para uma posição de adulto em miniatura, se o primeiro sentimento de infância é um sentimento que surge naturalmente na convivência com a família, o segundo é um sentimento que surge de fora dos confessores e moralista, que repugnaram a paparicarão e que pensavam recuperar, construir, ou ainda reconstruir a criança para a sociedade, num movimento que toma muita força a partir XVIII. (Azevedo, 1999, p.35, grifo nosso).

Com o desencadear da Revolução Francesa, a educação volta-se para o comércio, assim como para a burguesia, de modo que a primeira era uma educação básica, já a segunda estaria relacionada à questão de prepará-la para cargo de chefia e responsabilidade.

Devido à Revolução Industrial, existe a necessidade da criação da pré-escola (instituto de cunho meramente assistencialista); estas tinham por função cuidar e orientar os filhos dos trabalhadores. Por serem privadas de certos cuidados, essas crianças eram obrigadas a receber uma educação compensatória, enfatizando a necessidade de preencher as lacunas deixadas pelos familiares. (Azevedo, 1999).

Somente por volta do século XX, através de pesquisadores como Piaget, Freud e Vygostsky, ligados à psicologia do desenvolvimento e às teorias psicanalíticas e de aprendizagem, procura-se buscar o real significado da palavra educação, bem como compreender de que forma acontecia o aprendizado, visando à evolução por meio da linguagem e de interferências nos primeiros anos de vida das crianças.

Hoje se percebe que a educação compensatória, que começou no século XIX com Pestalozzi, Froebel, Montessori e MC Millian, (período em que a pré-escola era compreendida por esses pensadores como uma forma de superar a miséria, a pobreza e a negligencia das famílias), ainda é bastante presente no Brasil,

através de cuidados básicos como alimentação e saúde a escola, que muitas vezes, pouco está educando, procura redimir e toma para si função de compensar as ausências e necessidades básicas de convivência familiar.

A educação pré-escolar começou ser reconhecida como necessidade tanto na Europa como nos Estados Unidos durante a depressão de 30. Seu principal objetivo era o de garantir emprego a professores, enfermeiros e outros profissionais e simultaneamente fornecer nutrição, proteção e um ambiente saudável e emocionalmente estável para crianças carentes de 2 a 5 anos de idade (KRAMER, 1992, p.36).

A criança neste sistema exerce uma função de massa moldável, o professor é pouco valorizado e a formação humanista é deixada de lado. É por essa razão e tantas outras que se reflete sobre a Educação Infantil como uma forma de buscar respostas sobre como se deve trabalhar a Educação Infantil em toda a sua essência.

Como se vê, a cada definição da história de infância, tanto as creches como as pré-escolas tiveram funções diferenciadas. Portanto, hoje é possível ter nítida essa definição, para que se possa fundamentar uma política de Educação Infantil em bases sólidas.

A RELAÇÃO CUIDAR E EDUCAR

Como se explanou anteriormente, o conceito de infância sofreu transformações ao longo da história. Observou-se que, a partir do século XX, os estudos sobre as crianças passaram a contemplá-las enquanto sujeitos sociais de plenos direitos. Essas discussões propiciaram uma visão ampla sobre a relação existente entre o cuidar e o educar, e a forma controversa que ela assume na visão de pais.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) esclarece sobre a necessidade de que as instituições políticas de Educação Infantil se libertem, por assim dizer, da idade de que são escolas para pobres e de que somente o cuidar seja oferecido. Assim encontram-se as orientações no RCNEI.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil financiadas ou mantidas pelo poder público, significou, em muitas situações, atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. Nessa perspectiva, o atendimento era entendido como uns favores oferecidos para poucos, selecionados por critérios excludentes. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade. Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão muito além dos aspectos legais. Envolve principalmente, assumir as especialidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante das crianças pequenas. (BRASIL, 1998, p. 18, v. 1).

É necessário destacar que a mudança de paradigma é acentuada no documento, pois antes a educação infantil tinha caráter compensatório; hoje já se tem nítida a questão dessa fase da educação, que tem sua especificidade, à qual se deve responder.

Cerisara (1999) fornece uma reflexão que comprova essa mudança de paradigma. Transformação essa que muito contribuiu para que a educação infantil valorizasse a criança em seu desenvolvimento cognitivo, mesmo sendo o cuidar ainda se faça presente, ele não é tido como condição primordial, mas sim como parte da função do professor desse nível de ensino.

Nessa perspectiva, a avaliação que se faz então dos papéis e dos profissionais de educação infantil, a função é o papel de cada um deve ser complementar e de responsabilidade única, ou seja:

O entendimento de que creche e família são instituições que se complementam nas funções de cuidar e educar resultará em mais tranquilidade para as crianças, uma vez que elas assumem uma situação de duplo pertencimento, pois na realidade pertencem ao mesmo tempo a estes dois mundos (MAISTRO apund Fermino,2002, p.23. grifos do autor).

Essa reflexão, quando ao papel das famílias na educação dos filhos ou mesmo, quanto ao nível de desenvolvimento que devem ter, até onde vão à obrigatoriedade das creches, pré-escolas e onde começa a das famílias vem sendo amplamente discutida:

Uma das características que tem marcado as transformações observadas nas creches é a maneira como se ao contato entre educadoras e mães e/ou famílias das crianças. Até poucos anos atrás, era mais comum a prática de receber e entregar no portão da instituição. [...]. Tornou-se assim, a discussão sobre a relação creche família e sobre estratégia para abrir as creches a maior participação da família. [...]. Hoje é possível encontra creches abertas, mais ou menos abertas, creches fechadas o processo está ocorrendo, não sem dificuldades (Vitoria apund Fermino, 2002, p.24).

Possivelmente, essa barreira existente nas perspectivas dos pais ao atendimento de seus filhos ocorre, também, pela falta de informação que possuem e de acesso à própria instituição creche, no instituto de não só verificar, como também participar das ações e atividades pedagógicas propostas pelo centro de educação infantil.

Também sobre esse aspecto, o RCNEI (Brasil, 1998, p.61) sinaliza que os pais também têm o direito de acompanhar o processo de aprendizagem de suas crianças, se inteirando dos avanços e conquistas, compreendendo os objetivos e as ações desenvolvidas pela instituição. Nota-se que não se trata de ir à escola uma única vez ao final do semestre, mas sim de acompanhar as ações de escolas voltadas para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Ainda com base no RCNEI (Brasil, 1998), observa-se que o objetivo principal desse documento não é o permitir que a educação infantil tenha caráter assistencialista, porém, o que se pretende é:

Apontar metas de qualidade que contribuam para que as crianças tenham um desenvolvimento integral de suas identidades, capazes de crescerem como cidadãos cujo direito à infância seja reconhecido. Visa também contribuir para que possa realizar, nas instituições, o objetivo socializador dessa etapa educacional, em ambiente que propicia o acesso e a ampliação, pelas crianças, dos conhecimentos da realidade social e cultural (Brasil, 1998, p.07).

Diante desta relação, cuidar e educar no contexto da educação infantil tornam-se complementares à família. Portanto, definir o papel a ser exercido por cada uma das partes é necessário, visto que, para uma satisfação educacional das crianças pequenas, faz-se necessário que o cuidado familiar e o cuidado na escola sejam complementares. Seja que uma instituição venha a substituir a outra.

FASES DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Com base nos estudos de Piaget (1973), verifica-se que o desenvolvimento humano se realiza através de estágios, de fases, na mesma ordem para todos os indivíduos que possuem o mesmo desenvolvimento normal, e podem passar por essas fases, podendo até mesmo variar as idades.

O desenvolvimento é a busca do equilíbrio superior, como processo de equilíbrio constante. Através desse processo surgem novas estruturas de pensamento, novas formas de conhecimento, mesmo assim, as funções dos desenvolvimentos serão as mesmas.

Para melhor entender essa relação, pode-se utilizar o seguinte exemplo: a função do lar é refugiar os seres humanos das intempéries. Mesmo sendo considerado contemporâneo, o homem está em constante mudança, como a construção de novas moradias em vários lugares, ou seja, alterando as estruturas ambientais.

Para Piaget (1999), o desenvolvimento psíquico do ser humano se inicia desde o nascimento e, na fase adulta, se estabiliza. Para melhor entender esse processo, pode-se comparar o crescimento orgânico da criança que se encontra em evolução, chegando a atingir o nível estável na sua fase adulta.

PERÍODO SENSÓRIO MOTOR: 0 A 2 ANOS

Na fase de zero a dois anos, a criança conquista o mundo por meio da percepção e dos movimentos, o recém-nascido reduz-se ao exercício dos reflexos. O seu desenvolvimento é acelerado, dando suporte às suas novas habilidades motoras, como, por exemplo, pegar, andar, olhar, apontar, entre outras. No decorrer desse estágio, os reflexos podem ser progressivamente substituídos pelos esquemas e somados aos símbolos lúdicos.

Desse modo, a criança começa a diferenciação entre o seu e o mundo e isso ocorre também no aspecto afetivo, ou seja, o bebê passa das emoções primárias para as escolhas efetivas dos objetos, manifestando sua preferência. Ao mesmo tempo, a criança aprende a organizar suas atividades em relação ao ambiente, conseguindo isso, passa a organizar as informações recebidas dos sentidos e, com isso, a aprendizagem vai progredindo com acertos e erros na tentativa de resolver os problemas. (Piaget, 1973).

O período sensório motor é relacionado ao desenvolvimento mental que é iniciado a partir da capacidade de reflexo da criança e vai até quando ela inicia sua própria linguagem ou outros meios simbólicos para representar o mundo pela primeira vez.

As emoções das crianças funcionam como um canal importante para o contato com os adultos, tanto pelo toque corporal quanto pelas mudanças no tom de voz e nas expressões faciais; assim, vão criando suas próprias reações, como balançando o corpinho e batendo palminhas, entre outros movimentos.

Quando a criança inicia seus primeiros passos, ela se movimenta de um lado para o outro sem rumo específico. Com isso, ela começa a madurecer seu sistema nervoso e, aperfeiçoando seu andar, torna-se mais segura e instável. Com o passar do tempo, ela adquire sua própria confiança. Nesta fase, é curioso que a criança ainda não se preocupe em diferenciar determinados objetos, ou seja, para ela, os objetos alcançados possuem o mesmo significado; portanto, têm a mesma função.

No aparecimento da função simbólica, no final do segundo ano de vida, tem, entre outras consequências, a possibilidade de ações características da inteligência sensório-motora, podendo converter-se em elemento de aprendizagem da criança. Há situações em que ela revive uma cena e imita com gestos, como levantando os braços, pondo as mãos em posição de reza ou mesmo balançando a cabeça quando não quer algo oferecido pelo adulto.

No plano da consciência corporal, nessa idade (0 a 2 anos), a criança começa a reconhecer, ou seja, a conhecer a imagem do seu próprio corpo. O que ocorre geralmente com as crianças por meio das interações sociais e das brincadeiras em geral que geralmente ocorrem diante do espelho. Neste momento, a criança aprende a reconhecer suas próprias características físicas, o que é fundamental para a construção da identidade de cada uma. (Piaget, 1973).

PERÍODO PRÉ-OPERATÓRIO: 2 A 7 ANOS

O período chamado pré-operatório é marcado pelo aparecimento da linguagem oral, isto é, por volta dos dois anos de idade, concebe a criança além da inteligência, a prática construída na fase anterior, dando a possibilidade de ter ação interiorizada, chamada de esquemas representativos ou simbólicos. Diante disso, a criança constrói uma ideia a respeito de algo em que poderá trocar um objeto pelo outro, como, por exemplo, poderá pegar um cabo de vassoura e pensar que ele é um cavalo. Portanto, o pensamento pré-operatório indica inteligência seguida de ação.

Conforme Piaget (1973), a partir do momento em que a criança consegue realizar jogos sensório-motores desligados do seu contexto, o esquema simbólico já garante a superação da ação pela pura superação. Desse modo, possibilita à criança adquirir meios para a assimilação do elemento real.

Ainda com base no autor, tem-se que a função simbólica resulta em uma diferenciação entre significantes e significados nos quais os símbolos e os sinais permitem evocar objetos ou situações não percebidos até então, o que constitui o começo da representação.

A representação de dois aspectos: o aspecto figurado do pensamento em posição às transformações, guiado pela percepção e sustentado pela imagem mental, e o aspecto operativo, que é relativo às transformações e se dirige a tudo o que modifica o objeto, a partir da ação até as operações. (Piaget, 1973).

A partir dessa faixa etária, ocorre o desenvolvimento de pensamento simbólico; torna-se possível o estabelecimento de alguns avanços importantes do estágio pré-operacional; desse modo, não será mais necessária a indicação sensorial para que a criança possa pensar em elementos. Ela pode lembrar-se de algum objeto que caracterize função simbólica, por meio da imitação, o jogo simbólico da linguagem, ou seja, o símbolo favorece a criança a pensar e a falar sobre produto e suas qualidades, mesmo que não esteja presente como um elemento concreto.

As considerações oferecidas por Hermida (2009) os conduz ao entendimento de que por meio do brincar “a criança põe em jogo seu amplo mundo de experiências motoras, sua afetividade, suas fantasias, seu mundo simbólico, sua personalidade.” Por essa razão, as especificidades do período pré-operatório devem ser consideradas em toda a sua complexidade de modo que se possam preservar os valores que a caracterizam.

O período determinante simbólico tem classe de importância, pois possui função de aquisição da própria linguagem. Para Piaget (1973 apund FARIA, 1998, p. 39), “quando os substantivos e adjetivos começam a funcionar adequadamente dentro do contexto das frases, o indivíduo já domina de forma adequada as classes e as relações”. Período esse em que as classes são intuitivas, porém inacabadas. A partir do momento em que a criança conhece um objeto novo, ela pode agir de uma ou mais maneiras, como construir uma imagem do novo objeto e acomodá-lo por meio de um conjunto de ações sensório-motoras (predomínio da acomodação sobre a assimilação).

A IMPORTÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Diante da realidade na qual o que predomina é a industrialização, muitos estudiosos apontam que os setores produtivos estão disponibilizando brinquedos na área educacional, dando maior destaque a tais produtos. Brincar não significa perder tempo, como também não é uma forma de preenchimento de tempo, mas uma maneira de colocar a criança de frente com o objeto, muito embora nem sempre a brincadeira envolva um objeto.

O brinquedo possibilita o desenvolvimento total da criança, já que ela se envolve efetivamente no seu convívio social. A brincadeira faz parte do mundo da criança, por isso, nesse momento, ela experimenta, organiza-se, constrói normas e regras para si e para o grupo no qual está interagindo. Desta forma, o brincar é uma das formas de linguagem que a criança usa para entender e interagir com os outros ao seu redor.

No RCNEI (BRASIL, 1998, p.58), destaca-se a importância de se valorizar atividades lúdicas na Educação Infantil, visto que “crianças podem incorporar em suas brincadeiras conhecimentos que foram construindo”. Ainda se observar no RCNEI a valorização do brinquedo, entendidos como:

Componentes ativos do processo educacional que refletem a concepção de educação assumida pela instituição. Constituem-se em poderosos auxiliares de aprendizagem. Sua presença aponta como um dos indicadores importantes para a definição de práticas educativas. (BRASIL, 1998, p.67.v.1).

No entanto, ainda se observa que quando se fala em brinquedos e brincadeiras, muitas vezes ecoam, no fundo das expressões, preconceitos marcados pelas relações de poder de valores pejorativos na relação “trabalhar-seriedade X brincar-seriedade”.

Suponha-se que esses conceitos não possuem fundamentos, pois hoje se sabe que é através das ações, do fazer, pensar e brincar, que o ser humano vai construindo seu conhecimento e desenvolvendo suas estruturas psíquicas para se relacionar com o mundo concreto. Nesse sentido, as brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento da chamada motricidade, do raciocínio por meio do faz de conta, utilizado sempre pelas crianças quando estão brincando.

À medida que a criança vai se desenvolvendo fisicamente, as brincadeiras vão tomando dimensões mais socializadoras. Os participantes se encontram numa atividade comum e os mesmos aprendem a coexistir; contudo, isso lhes possibilita aprender, como o respeito mútuo, bem como compartilhar brinquedos e dividir tarefas coletivas que estão presentes em seu dia a dia.

Além disso, acreditamos que é brincando que a criança começa a se relacionar com as pessoas e descobre o mundo, se desenvolve com saúde, elimina o estresse, aumenta a criatividade e a sensibilidade e estimula a sociabilidade.

A CONTRIBUIÇÃO DA BRINCADEIRA NO DESENVOLVIMENTO DO APRENDIZADO

Em décadas passadas, as crianças brincavam a partir dos saberes que eram passados por avós, tios e tias ou até mesmo pelos seus vizinhos. Mas com o passar dos anos, houve modificações nas brincadeiras, bem como nos próprios brinquedos. Antes, os brinquedos eram confeccionados por nossos pais e avós; agora, esses mesmos brinquedos são fabricados pelas fábricas, que passaram a criar e renovar brinquedos em todo o mundo.

As crianças, ao aprenderem a fazer seus próprios brinquedos com a ajuda dos seus avós e pais, desenvolviam a criatividade e o raciocínio. Hoje as crianças não mais precisam usar a criatividade para fabricar ou brincar com os brinquedos, pois eles já estão prontos e com instruções para serem utilizados. Diante desse quadro, observa-se que as brincadeiras de antes permitiam às crianças descobrir, inventar e procurar soluções para situações-problema que há nas brincadeiras e jogos. Sendo assim, o brincar para a

criança é obedecer aos impulsos conscientes e inconscientes que levam às atividades físicas e mentais de grande significação e, por ser o brincar de interesse da criança, promove atenção e concentração, levando-a a criar, pensar e conhecer novas palavras, situações e habilidades.

Segundo Valasco (1996, p.78): brincando, a criança desenvolve suas capacidades físicas, verbais ou intelectuais. Quando a criança não brinca, ela deixa de se estimular e até mesmo de desenvolver as capacidades inatas, podendo ser um adulto inseguro, medroso e agressivo. Já quando brinca, tem maiores possibilidades de tornar-se um adulto equilibrado, consciente e afetuoso.

Para Valasco (1996), as brincadeiras abordam o desenvolvimento, bem como a socialização e a aprendizagem. É nesse período que a criança tem prazer em realizá-las, pois permite a ela todo desenvolvimento sem esforço. Independentemente da época e da cultura, a criança sempre brincou e brinca, ou seja, ela vai aprender da maneira mais atrativa, que é por meio do lúdico.

Desse modo, os brinquedos traduzem, de acordo com Piaget (1973), o real para a realidade infantil. Portanto, com a brincadeira, a inteligência e sua sensibilidade estão sendo desenvolvidas. Assim, a presença das atividades lúdicas na prática educativa articula-se na forma espontânea em que ambas são educativas. É na fase espontânea que se constitui o brincar cotidiano da criança, que flui e é mobilizado a partir de questões internas do sujeito, sem nenhum comprometimento com a produção de resultados pedagógicos.

De acordo com Piaget (2003), o caráter educativo do brincar é visto como uma atividade educativa, que pressupõe o desenvolvimento integral do sujeito, seja na sua capacidade física, intelectual e moral, como também a constituição da individualidade, a formação do caráter e da personalidade de cada um. Enquanto na fase dirigida há a presença das brincadeiras como atividades cujo objetivo é o de promover a aprendizagem de um determinado conceito, ou seja, além de serem marcadas pela intencionalidade do educador.

Com base nos estudos de Vygotsky (1991), observa-se que ele considera o ato da brincadeira extremamente importante para o desenvolvimento da criança. Dessa forma, as crianças se relacionam de várias maneiras com significados e valores, pois, nas brincadeiras, representam o que vivem e sentem. Portanto, sabe-se que a brincadeira faz parte do sentido na vida das crianças. Dessa forma, as crianças reproduzem várias situações concretas de adultos. Diante disso, o educador deve utilizar as brincadeiras como ferramenta em suas aulas para facilitar o aprendizado. Diante desse quadro, é bom que o educador dê espaço para as brincadeiras lúdicas, pois elas auxiliarão no aprendizado das crianças.

Pode-se observar que as brincadeiras não são apenas recreação; é mais do que isso: é uma das formas de comunicação e interação da criança consigo mesma, com as outras e com o mundo. Um dos papéis fundamentais dos adultos é o de estimular as crianças com músicas, sons de objetos e de animais, e mostrar elementos com cores. O ato de se brincar com a criança favorece a descoberta, com o passar do tempo, vai evoluindo conforme o interesse da criança e o valor que o objeto lhe interessa.

CONCEITUANDO O JOGO

Segundo Huizinga (2001), o jogo para a criança não é igual ao jogo dos adultos, pois é preciso pensar que a criança está no seu momento de desenvolver o aprendizado, o que, para o adulto, é apenas uma recreação. O jogo para o adulto não tem o mesmo significado, enquanto para a criança o jogo tem muita importância, pois dali ela pode perceber que a brincadeira é uma das melhores formas de aprender. O jogo também favorece a autoestima dos alunos, pois a brincadeira faz a criança adquirir mais confiança e isso vai fazer diferença na aprendizagem.

Kishimoto (1998) ressalta que o jogo, os brinquedos e as brincadeiras são termos que terminam por se misturar. As diversas brincadeiras e jogos, faz de conta, jogos simbólicos, sensório-motores, intelectuais, individuais e coletivos, dentre outros, mostram as multiplicidades das categorias de jogos.

O jogo é uma atividade que contribui para o desenvolvimento da criatividade da criança tanto na criação como na execução. Os jogos são importantes, pois envolvem regras como ocupação do espaço e a percepção do lugar. Kishimoto (1993, p.15), afirma que:

Os jogos têm diversas origens e culturas que são transmitidas pelos diferentes jogos e formas de jogar. Este tem função de construir e desenvolver uma convivência entre as crianças estabelecendo regras, critérios e sentidos possibilitando assim, um convívio mais social e democrático, porque quando há manifestação espontânea da cultura popular, os jogos tradicionais têm a função de perpetuar a cultura infantil e desenvolvimento de convivência social.

Na atualidade, já há algumas tendências em que o educador elabora jogos e brincadeiras que exigem mais raciocínio lógico dos alunos. Essas atividades terminam favorecendo o desenvolvimento de habilidades e estimulam o raciocínio, ou seja, jogos de construção e não fabricados por uma indústria qualquer. Kishimoto (1999) ainda comenta que “os jogos de construção são considerados de grande importância por enriquecer a experiência sensorial, estimula a criatividade e desenvolver as habilidades das crianças (Kishimoto, 1999, p.40)”.

BRINCADEIRAS

É por meio da brincadeira que a criança pode desenvolver a sua própria liberdade e sua expressão, bem como sua criatividade ao manipular. É na interação com os próprios brinquedos e o meio em que as crianças vão construindo os seus conhecimentos, ou seja, através das atividades lúdicas dentro das suas variedades, elaborando e reelaborando.

Sendo desta forma, o brinquedo pode tornar-se uma chance ou uma oportunidade de desenvolvimento cognitivo, pela qual as crianças terminam descobrindo, inventando e aprendendo por meio de suas habilidades. A partir disso, a brincadeira é como uma atividade social específica; isto é, ela é fundamental na interação e na construção de conhecimentos da realidade da criança, e a mesma faz com que se estabeleça um vínculo com a função pedagógica da pré-escola.

As brincadeiras se constituem como lazer e ensinamento para a própria criança, porque é justamente por meio delas que as crianças podem discernir situações, resolvê-las e aprender ao mesmo tempo. Portanto, a brincadeira sempre aparece de forma educativa e organizada, pois existem para a criança que brinca certas decisões a tomar, como o companheirismo; ela aprende a conviver em grupo, compreender o mundo em que vive, construindo e compartilhando significados, assim como motiva atitudes para a sua sociabilidade e autonomia.

Pode-se considerar que os jogos, brinquedos e brincadeiras são e serão elementos fundamentais para a infância, já que é por meio do ato de brincar que o brinquedo pode caracterizar a presença das demais crianças.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Foi feita uma observação com a professora Luana Oliveira do Ensino Infantil, da escola particular Kids, localizada na cidade de Suzano, no Estado de São Paulo. A educadora trabalhava com 10 alunos, com idade entre 4 e 5 anos. Escolhi obter informações em uma escola particular, tendo como propósito verificar como uma escola deste nível trabalha com o ensino lúdico.

Instrumento para a coleta de dados:

A pesquisa se pauta em um trabalho de campo, com a aplicação de questionário (Em Apêndice) Chizzotti (1991, p.44), define o questionário como:

Um conjunto de questões sobre o problema, previamente elaboradas, para serem respondidas por interlocutor, por escrito ou oralmente. Neste último caso, o pesquisador se encarrega de preencher as questões respondidas [...] A elaboração de um questionário pressupõe a apropriação de algumas técnicas para chegar aos problemas centrais da pesquisa.

Nesse sentido, para a execução de um questionário de pesquisa, é necessário que o pesquisador saiba com exatidão as informações que busca para compreender claramente as questões que lhe são propostas.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Nesta parte, analisaram-se os dados coletados na pesquisa de campo, com base nas questões realizadas com a professora Luana, que leciona na escola particular Kids.

Em uma das perguntas questionadas à professora, sobre a importância dos jogos e brincadeiras lúdicas no Ensino de Educação Infantil, a mesma ofereceu a seguinte resposta: “Creio que os jogos e brincadeiras possuem um papel fundamental nessa fase de aprendizado das crianças, pois por meio do lúdico podemos trabalhar com a criança vários conteúdos como: dividir tarefas, respeitar regras, compartilhar brincadeiras e objetos, entre outras atividades”.

É notório que a professora reforça a ideia de que se estabelece uma relação entre o concreto e o lúdico e, como sabemos, a criança constrói conceitos brincando.

Em seguida, a educadora foi questionada sobre o uso de brinquedos em sala de aula e sobre qual o tempo disponível para as crianças brincarem. Em sua resposta, a professora não relatou o tempo que as crianças têm para brincar; assim, ela respondeu: “As crianças têm um bom tempo para brincar todos os dias, desde que as brincadeiras sejam compartilhadas com todos os educandos presentes”.

No entanto, de acordo com os RCNERI (Brasil, 1998), é o educador que deve estipular um tempo para a realização das atividades em classe, não podendo as crianças ficar sem um direcionamento. Entretanto, a professora nos relata que as crianças ficam a vontade e se não houver um direcionamento das atividades, essas podem não contribuir para o desenvolvimento dos participantes.

Por fim, foi perguntado à educadora Luana sobre qual o objetivo de propor jogos e brincadeiras nessa faixa de idade. A mesma assim respondeu: “A meu ver, um dos objetivos é observar como as crianças reagem a cada situação proposta pelos jogos e as brincadeiras, neste momento podemos observar o companheirismo, o individualismo, atitude entre outros elementos que a criança pode expressar”.

Conforme o ECNEI (1998, p.30), em relação à organização do ambiente educativo, é necessário que o professor considere a interação com a criança da mesma idade e de diferentes idades, em situações diversas como fator de promoção da aprendizagem, do desenvolvimento e da capacidade de convívio. Na proposta da professora observa-se que os ambientes de aprendizado são valorizados e que ela entende serem esses ambientes motivadores de atitudes positivas, como o companheirismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se levantar questões relevantes a pratica das brincadeiras lúdicas na Educação Infantil. Considera-se que a observação realizada na escola Kids, proporcionou entendimento a pesquisadora quanto à relevância de se empregar atividades lúdicas em sala de aula de Educação Infantil, mas sempre com metas estabelecidas.

A discussão aqui proposta visou ressaltar a importância de que as atividades voltadas para as crianças de 4 a 5 anos não tenham caráter compensatório, Isso é se faz necessário dizer, ainda que Referencial Curricular Nacional para a Educação deixar nítida a concepção escola enquanto ambiente de desenvolvimento social e cognitivo pois a concepção de infância é historicamente recente, conforme apontam os estudos de Áries (1978), e ainda há sociedade que não olham as crianças com o olhar que elas merecem. É evidente que não é o caso do Brasil, em que de modo geral tem uma Educação Infantil que mescla o cuidar e o educar, conforme comenta o RCNEI (BRASIL,1998).

Também se discutiu a importância das atividades lúdicas na educação infantil, visto que permitem um desenvolvimento mais amplo, global contribuindo para uma visão de mundo pautada em elementos reais, concretos, ainda que partam da fantasia. As atividades lúdicas auxiliam na descoberta da criatividade, de modo que a criança se expresse, analisando, criticando e transformando a realidade a sua volta.

Concluindo, resta relatar que o lúdico permite novas maneiras da criança se desenvolver, lingando a fatores como: capacidades dos profissionais envolvidos, infraestrutura, pode-se obter uma educação de qualidade, capaz de ir ao encontro dos interesses essenciais a criança, pois as atividades lúdicas não são somatórias, mas sim fazem parte do processo de aprendizagem.

Por fim, um dos principais objetivos que me levou a escolha esse tema, foi compreender que o Ensino Lúdico, possui um significado para o saber e o desenvolvimento das nossas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, MARIA LÚCIA ARRUDA. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna,2002.

ARIES, FELLIPE. **História da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.**

BORGDAN, R.C.; BIKELEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1999, p. 41 – 51.**

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.**

BRASIL. **Referência Nacional para a Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto, Secretária da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1-3**.

BROUGERE, G. **Jogo e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.**

Brown, Guilherme. **Jogos cooperativos: teoria e prática. São Leopoldo: SDinodal, 1994.**

CHIZZOTTI, ANTONIO. **Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.**

FORTUNA, T.R. **Jogos em sala de aula: recurso para repensar as relações de ensino e aprendizagem. Revista do Professor, Porto Alegre, v. n. 75, p. 15.**

FERMINO, Sara Alexandra Freitas (2001-2002). **A vez das famílias: conhecendo as expectativas das famílias sobre a educação e o cuidado de seus filhos de 0 a 3 anos de idade em creche. Relatório final PIBIC/CNPQ, Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.**